

# Vencer a crise para ganhar a década

+ + + + + BOLETIM N.º #10 OUTUBRO 2021



Fazer do crescimento a primeira prioridade, controlando a dívida pública

02

### **# OS NÚMEROS:**

#### "INDICADORES ESTATÍSTICOS NACIONAIS"

Eliminação faseada das restrições à mobilidade acompanhada da recuperação gradual da economia, mas com ritmos diferentes: mais rápida na indústria e mais lenta nos serviços

07

### **# AS POLÍTICAS:**

### "ACORDO SOBRE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E QUALIFICAÇÃO"

Um desígnio estratégico para as pessoas, para as empresas e para o país

12

### "PRR: UM OLHAR DO LADO DAS EMPRESAS"

Aproveitar os recursos disponíveis requer a incorporação de valor em ofertas sofisticadas

14

#### "PACOTE DA U.E. "FIT FOR 55"

Pacote de medidas visando atingir a neutralidade climática

18

### **# OS DESAFIOS**

#### "A LONGEVIDADE E A ECONOMIA DOS SERVIÇOS"

O aumento da esperança de vida e o envelhecimento da população criam novas oportunidades no plano económico, em especial ao nível da oferta de serviços

21

### "QUE DINÂMICA PARA OS TIPOS DE COMPETÊNCIAS EXIGIDAS NOS EMPREGOS NO FUTURO?"

As novas qualificações impostas pela "revolução digital"

25

#### "A ESCASSEZ DE SEMICONDUTORES MUNDIAL E OS SEUS EFEITOS"

A produção e consumo de bens com tecnologia incorporada estão a ser afectados devido à escassez de chips a nível mundial

28









### É O CRESCIMENTO INCOMPATÍVEL COM A **DÍVIDA PÚBLICA**?

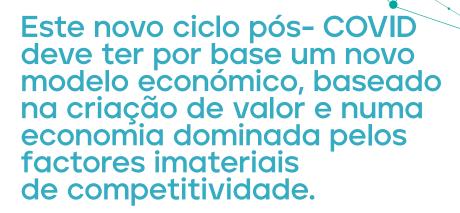
### 1. O crescimento como primeira prioridade

Os debates em torno da situação económica do país, convergem em reconhecer que o crescimento da nossa economia é uma prioridade, contudo, em muitos casos, recuam quando se trata de adoptar as políticas públicas necessárias para assegurar um crescimento robusto e continuado. Agitam, então, com a dimensão da dívida pública nacional para justificar uma política orçamental contraccionista, temendo que uma postura pró-cíclica possa agravar a dívida e conduzir a uma nova crise das nossas finanças públicas.

Mas, será mesmo a dimensão da dívida um factor impeditivo de um maior crescimento? Será que na equação crescimento/dívida temos que escolher o saneamento das nossas finanças públicas para, só depois, podermos ambicionar crescer a um ritmo mais elevado? Nessa equação existe, é certo, uma nova variável que advém de dispormos de um novo instrumento financeiro que, ficando fora do "deve e haver" orçamental, permite, em parte, compensar com investimento comunitário a fundo perdido uma política orçamental mais restritiva assegurando, pelo menos até 2025, uma dinâmica de crescimento. Este instrumento é o Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), ou seja a famosa «bazuca».

Mas, podemos alicerçar um **novo ciclo de crescimento** apenas com base no PRR? E este novo ciclo pós-COVID deve ter por base o mesmo modelo económico do passado, ainda que recauchutado com as transições climática e digital?

No nosso anterior Boletim falámos da necessidade do país, ao sair da crise COVID, encetar finalmente uma mudança de ciclo no que se refere à sua economia. Mudança esta que, baseada num crescimento vigoroso (digamos que na ordem dos 4%, em termos reais), promova uma convergência clara com a média europeia, acompanhando, em especial, a dinâmica de crescimento das economias europeias que mais directamente concorrem com a nossa. Mas, também referimos que isso implica mudanças no modelo económico do país, orientando-o para uma competitividade alicerçada na criação de valor. Ou seja, baseada numa estrutura produtiva em que haja um reforço da integração das cadeias de valor, o que pressupõe lógicas de actuação menos segmentadas e sectorizadas e onde os factores imateriais ganhem protagonismo na nossa inovação competitiva, fazendo deles o principal factor diferenciador. A digitalização, se entendida mais como um desafio organizacional do que tecnológico, pode e deve polarizar essa mudança. Mas, para isso, é necessário que ela deixe de estar associada a uma ultrapassada visão de "reindustrialização", no que esta expressão significa de retorno a uma economia centrada na indústria transformadora e estruturada em ca-



deias de valor assentes nas suas componentes materiais. A nova economia da revolução digital é precisamente o oposto disto, deixando de ser a economia que tem que se recentrar em torno da velha indústria mas sendo esta que tem que se reposicionar no caminho da "servitização", ou seja, ajustando-se a ciclos de criação de valor crescentemente desmaterializados.

Por outro lado, as mudanças em curso que apontam para um novo ciclo económico pressupõem uma visão estratégica para o país, o que, apesar da pluralidade de trabalhos e estudos produzidos, continuamos longe de possuir. Em grande medida porque a visão segmentada e fragmentada com que se olha para a economia o não permite. Sem transversalidade, sem que a prioridade seja dada a políticas como as que se baseiam no território ou nos recursos humanos Portugal não pode dispor de uma verdadeira estratégia competitiva. A este problema de base acresce o próprio modelo de governança existente e a falta de instrumentos de planeamento e de gestão integrados. Confundiu-se, no passado recente, a necessidade de planeamento com planificação económica e a gestão integrada das políticas com dirigismo e intervencionismo económico; contudo, a realidade é que o que nos falta dos primeiros instrumentos temos em excesso dos vícios segundos, como é exemplo a máquina que gere os dinheiros dos fundos comunitários que, ao formatar em demasia as tipologias de investimento acaba limitando a liberdade criativa dos projectos, asfixiando, em especial, tudo o que não pode ser avaliado com base na sua componente material. Como sucede quase sempre com este tipo de estruturas, a sua lógica de actuação tem vindo a reforçar as componentes de controle da execução dos projectos, seja na perspectiva procedimental, seja na da utilização dos montantes disponíveis. Grande parte da nossa Administração Central e Regional envolvida nas áreas da política económica do país, deixou de ter condições para pensar e conceber políticas para ter de se concentrar no mero controle e gestão dos apoios, sendo o seu próprio desempenho avaliado, acima de tudo, por indicadores de execução e não em função do mérito e impacto dos projectos.

O caso do PRR vem, pelas condições fixadas para a sua concretização, agravar este cenário. Um tempo escasso na identificação e selecção dos projectos e um prazo igualmente diminuto na sua concretização, dada a necessidade de gastar rapidamente (em pouco mais de 3 anos) todo o dinheiro disponível, impedem um planeamento adequado. As várias "gavetas" (componentes) do PRR tendem, assim, a ser preenchidas com projectos avulso que, em muitos casos, apenas permitem alocar projectos já existentes, operando uma mera transferência de recursos, o que inviabiliza uma real articulação deste Programa com outros instrumentos de Política, nomeadamente com o PT2030. Acresce que esta escassez de tempo conduz a que se opte por manter os mesmos critérios de programações anteriores e se favoreça uma alocação dos recursos em investimentos públicos, cujo peso no total das verbas disponíveis a CCP sempre considerou excessivo e que, ao contrário de outros, não decorre de nenhum critério fixado por Bruxelas.

Neste quadro, existe o óbvio risco de nos limitarmos a substituir um período passado (o da 2º metade da última década), em que os constrangimentos orçamentais depositaram no investimento privado quase todo o esforço da mudança, por um outro (o da 1º metade da presenta década) em que o papel do investimento público assume um protagonismo central. Na verdade esta alternância não configura uma estratégia económica consolidada pois se, como sempre dissemos, a queda do investimento público ao longo da última década foi preocupante, é, no entanto, sempre essencial ter presente que nenhuma mudança de ciclo poderá ocorrer sem que o centro da mudança esteja no investimento das empresas e sem que o investimento estruturante em infraestruturas e serviços públicos se articule com a dinâmica inovadora do nosso tecido produtivo.

Neste contexto, o aliviar de alguma despesa ao nível do OE 2022, em razão do PRR, não torna a política orçamental menos necessária enquanto instrumento ao serviço do crescimento da economia. E essa função não pode continuar a ser apenas colocada do lado da procura, ou seja, substituindo despesa de investimento por outro tipo de despe-

sa, mas tem também, e fundamentalmente, que actuar do lado da oferta. E se o investimento público tem que ter tradução no O.E. em muitas áreas não cobertas pelo PRR é ao nível das receitas que os orçamentos e, desde logo, o O.E. 2022, têm que mudar de filosofia. A receita prevista não pode limitar-se a ajustar-se ao nível da despesa programada, ou seja a ser, um elemento passivo em que o crescimento económico é pensado a partir das condições da procura. Aquilo que o Estado se propõe cobrar aos cidadãos e às empresas tem que ter muito mais em conta o modelo económico e social que queremos, recusando a ideia de um Estado "assistencialista" que cobra impostos elevados e distribui subsídios e apoios sociais. A manutenção de uma carga fiscal elevada é impeditiva de uma transformação da nossa estrutura produtiva, sendo que, igualmente importa ter em conta o efeito positivo que a sua redução terá na economia, repercutindo-se, a breve prazo, no próprio aumento da receita.

### 2. Garantir a sustentabilidade da gestão da dívida pública

#### 2.1. A actuação do B.C.E.

Na sustentabilidade da dívida **a política adoptada pelo BCE foi determinante**, e sem ela, quase seguramente, os juros teriam disparado nas economias mais endividadas como, aliás, sucedeu na crise das dívidas soberanas do início da década passada.

Mas, apesar desta política ter vindo a ser apoiada por uma larga maioria de países da zona euro são vários os economistas que alinhados com a ortodoxia da teoria monetária, fundada na célebre "curva de Phillips" - que relaciona a política monetária com o emprego e este com os salários e a inflação - vêm alertando para o risco de a criação de moeda pelos bancos centrais associada, no caso do BCE, com a compra maciça de dívida dos Estados membros, acabarem provocando uma espiral inflacionista. Mais, vêem já confirmada esta ligação no aumento que se vem registando nos preços desde o início deste ano e que, em Setembro, atingiu os 3.4% no somatório dos últimos 12 meses.

Entretanto, no polo oposto, emergiu uma chamada "nova teoria monetária" (Modern Monetary Theory-MMT), popularizada inicialmente por Stephanie Kelton, que defende que a "curva de Phillips" deixou de ser uma realidade e que um país pode, sem risco de crise, ter o défice público necessário para lutar contra a estagnação económica e as desigualdades sociais e que esse défice deve ser financiado pela criação de moeda, não existindo qualquer correlação entre esta e os preços. Se nos anos 70 do século passado vivemos um tempo classificado como de «estagflação» em que os preços dispararam sem que o desem-

prego tivesse baixado (estivemos confrontados com uma crise de oferta em que os instrumentos Keynesianos de resposta à crise não funcionaram), hoje, com uma política monetária expansionista, poderemos visar o pleno emprego sem o risco de uma espiral de inflação.

Com posições menos estremadas muitos economistas reconhecem, como o actual Presidente do FED Jerome Powell, que o efeito da política monetária sobre a inflação deixou de ter o impacto de tempos passados e, sem construírem uma teoria alternativa, consideram que o risco de um sobreaquecimento económico em resultado da quebra do emprego apenas ocorre com um nível de desemprego mais baixo (inferior a 4% segundo Powell). Acrescentam que a subida dos preços registada em alguns países tem uma explicação que resulta, não do comportamento da procura motivada pela política monetária, mas das condições da oferta e que, por isso, a variação de preços que hoje se verifica (que é, refira-se, o valor mais alto dos últimos 10 anos) é meramente conjuntural.

Ela está relacionada, quer com a quebra de produção de algumas componentes industriais («caso dos «chips» da electrónica), quer com a falta de contentores no transporte de mercadorias que encareceu o seu custo, quer, muito em especial, com o reajustamento dos preço dos produtos petrolíferos que haviam sofrido uma forte quebra com a redução da procura no período COVID. No caso particular da Alemanha, ela está ainda associada com as alterações de política fiscal introduzidas.

Em linha com esta interpretação do comportamento dos preços, a generalidade das previsões internacionais projectam variações na inflação, para este ano, que poderão chegar aos 3.6% na zona euro, mas prevêm, de seguida, aumentos bem mais reduzidos nos próximos anos. Daí a mudança de referencial entretanto introduzida pelo BCE para o controle dos preços, substituindo o objectivo até agora adoptado, que era o de impedir que, em qualquer circunstância, a inflação anual ultrapassasse os 2%, para um indicador de base plurianual em que aquele tecto passa a ser monitorado com base numa média de vários anos, ou seja, pressupondo que os desvios positivos e negativos se irão compensar, logo que desapareçam as causas conjunturais dos aumentos.

Aliás, neste domínio, Portugal regista mesmo um comportamento bastante atípico sendo um dos dois países da zona euro (com a Grécia) em que o índice de preços no consumidor é mais baixo, com valores que foram mesmo negativos no final do ano de 2020 e tendo como previsão apenas 0.8% de aumento para 2021, seguido de um aumento médio de 1.5% nos anos seguintes.

O economista francês Patrick Artus, alinhando com a posição de que a monetarização das dívidas públicas pelos bancos centrais não vai pro-



vocar uma inflação galopante nos próximos anos, alerta, contudo, para o efeito desta política no preço dos activos, referindo, que, «o risco existente é que a taxa de juro das dívidas púbicas, por efeito da política dos bancos centrais, continue próximo de zero, enquanto o rendimento do capital se mantem em torno dos 12%, o que traduz um prémio de risco de 12 pontos». Prémio demasiado alto que produz um enriquecimento por via do valor dos activos que não pode manter-se desligado da economia real e da oferta monetária, chegando um momento em que o banco central não pode mais monetarizar as dívidas públicas.

Mas, esta é uma leitura cuja pertinência sugere alguma contenção a prazo, mas não aponta para mudanças drásticas de política, sendo reforçada com a tese do economista americano Kenneth Rogoff que considera (texto publicado pelo J. Negócios em 6.8.21) que o "prémio de dívida segura" pago pelas dívidas públicas está para durar e que num contexto de instabilidade e de grandes oscilações financeiras nem sequer faz qualquer sentido usar as taxas de juro de referência para combater a inflação. O problema não deixará certamente de continuar a alimentar, nos próximos anos, o debate entre economistas e responsáveis de política económica, sendo que, se os juros baixos têm sustentação no prémio de risco, já a questão da monetarização só pode funcionar enquanto o banco central não decidir reduzir o seu balanco, ou seia não revender essa dívida no mercado. São poucos os que advogam que o BCE pode optar por tornar essa dívida perpétua tornando-a não reembolsável, sem criar disfunções na política monetária.

Apesar de tudo isto e das garantias dadas pela Presidente do BCE de que a política deste não irá mudar de forma abrupta, o risco de uma redução demasiado acentuada da compra de títulos de dívida pelo banco existe, e será reforçada se a Reserva Federal Americana mudar a sua política, por considerar que a criação de emprego possa estar próximo do seu limite e que com isso a inflação possa ser uma realidade em resultado da política monetária. Um diferencial de políticas entre o euro e o dólar (Europa e E.U.A.) levaria a um aumento maior dos juros nos E.U.A., podendo isso conduzir os investidores a preferirem os títulos americanos, depreciando o valor do euro, o que teria efeito no preço das importações europeias e, a prazo, nos preços dos bens e serviços na Europa.

Assim, se não estamos confrontados com um problema que tenha expressão no curto prazo, já num cenário de médio prazo uma gestão menos atenta aos impactos económicos por parte do BCE pode vir a ter consequências negativas, ou seja contraccionistas, ainda que ficando longe do cenário da crise das dívidas soberanas do início da década passada.

Ou seja, o problema das dívidas excessivas na verdade não desapareceu mas ele ganhou um quadro temporal de resolução que permite considerar um faseamento mais dilatado, permitindo políticas de redução de dívida menos draconianas. Dito de outro modo, as políticas monetárias contraccionistas não constituem hoje um caminho incontornável das políticas públicas, devendo as atenções virar-se mais para a gestão que o BCE irá fazer das suas idas ao mercado, sendo essencial que os alarmismos dos defensores da mais estrita ortodoxia não se imponham e não condicionem o ritmo de crescimento da zona euro no seu conjunto.

Será que na equação crescimento/dívida temos que escolher o saneamento das nossas finanças públicas para, só depois, podermos ambicionar crescer a um, ritmo mais elevado?

#### 2.2 A gestão da dívida nacional

Olhando agora mais em concreto para a dívida pública nacional e começando por reafirmar que sem a compra destes títulos pelo BCE a situação do nosso país seria bem diferente no momento actual, importa reconhecer que, sendo a dívida do nosso país mais elevada hoje do que antes da crise COVID, o nosso posicionamento e a forma como os mercados olham para os nossos títulos de dívida são hoje bem mais tranquilizadores.

Das seis economias da zona euro com dívida pública acima dos 100% do PIB em 2022 (previsões de Primavera 2021 da C.E.), Portugal é o país que menos sobe neste rácio, comparativamente a 2019, e se alargarmos este universo ao conjunto das maiores economias da zona euro só temos um desempenho acima do nosso: a Irlanda.

Se considerarmos o "pico" registado em 2020 (133.6%) a redução que está prevista em apenas em 2 anos é significativa: -11.3 p.p., enquanto na média da zona euro as previsões vão no sentido de o valor a registar em 2022 ser idêntica ao de 2020. Em consequência, o diferencial de Portugal em relação à média da zona euro baixa de 33.6p.p. para 21.5 p.p. em 2022.

Nos primeiros 12 meses de pandemia (Março 2020 a Março 2021) a compra de dívida nacional pelo BCE foi de 25.8 mil milhões de euros, ou seja cerca de 211% do valor das emissões líquidas de dívida efectuada pelo tesouro, que emitiu, em termos líquidos (retirada a dívida amortizada), 12.2 mil milhões de euros.

Em Julho de 2021 a nossa dívida pública atingiu os 274 mil milhões, com uma maturidade residual de 7.7 anos e com um serviço da dívida que é claramente inferior ao da previsão de aumento do PIB nominal.

O calendário conhecido de amortização da dívida é, até ao final da presente década, relativamente moderado (com um valor médio de reembolso de cerca de 15 mil milhões de euros, o que representa um valor próximo de 6% do PIB anual). A conjugação do PIB nominal com o saldo primário do O.E. e com as taxas de juro previstas para os próximos anos são tranquilizadoras com grande parte dos prazos de pagamento a passarem para a década seguinte.

Neste contexto, é importante separar a dívida actual da dívida futura. Em relação à primeira, a

sua sustentabilidade está em grande medida assegurada com uma gestão eficaz e inteligente da mesma, por parte do IGCP, que tem vindo a alargar prazos de amortização, o que, requerendo emissão de nova dívida, tem permitido, nas actuais condições de mercado, conjugar a dilatação dos prazos com abaixamento dos juros. Quanto à nova dívida, ela depende fundamentalmente dos números do O.E. e dos saldos por este registados. Em suma, sendo importante prosseguir a tendência de reequilíbrio orçamental não é prioritário reduzir de forma acelerada a dívida actualmente existente. Importa sim desenhar uma trajectória para os próximos anos que evite o aumentar da dívida em resultado da política orçamental.

E, voltamos ao problema do nosso crescimento económico que, não está tanto nos números de 2021 e 2022 (anos de recuperação de uma quebra do PIB de 2020, que ficou bem acima da média da U.E.), em que se prevê um crescimento acumulado de 9% (que fica apenas 0.3 p.p. abaixo da evolução média da zona euro nestes dois anos), mas nas previsões para os anos subsequentes. Depois de o Governo prever na Primavera passada um crescimento medíocre, confrontamo-nos agora com as mais recentes previsões do Conselho de Finanças Públicas (CFP), que apontam para um crescimento a desacelerar até 2025, passando de 2.9% em 2023 para 2.0% em 2025 e com a agravante de o indicador do produto potencial se situar, nestes 3 anos, apenas ligeiramente acima dos 2%. Aguardam-se agora as novas previsões do Governo a inscrever no O.E. para 2022.

Estes números ainda são, para efeito dos rácios baseados no PIB, beneficiados pelo comportamento do PIB nominal, que foi inferior ao da quebra do PIB real na fase recessiva de 2020 e que regista um maior crescimento em 2022 apesar da inflação baixa devido aos valores do deflator do PIB, o que, nomeadamente, favorece os rácios da dívida pública, pois como afirma o CFP «o aumento do PIB nominal é determinante na trajectória da dívida, sendo o efeito crescimento o contributo mais favorável para a melhoria do peso da dívida no PIB».

Em síntese, a primeira prioridade da economia portuguesa deve continuar a ser o crescimento; a dívida, se bem gerida, não deve constituir, por si mesma, um constrangimento na concretização dessa prioridade, podendo, pelo contrário, uma política orçamental impulsionadora do crescimento, desde que contida em despesa corrente, ser o caminho para prosseguir o objectivo da redução do peso da dívida pública.

### **# OS NÚMEROS**

### INDICADORES ESTATÍSTICOS **NACIONAIS:**

### Movimentos na Rede Multibanco





### IVN Comércio a Retalho Alimentar





+2,5% Acréscimo homólogo
Janeiro a Agosto 2021

### IVN Comércio a Retalho Não Alimentar





### **IVN Serviços**







+6,4% Acréscimo homólogo Janeiro a Julho 2021

### INDICADORES ESTATÍSTICOS NACIONAIS:

Eliminação faseada das restrições à mobilidade acompanhada da recuperação gradual da economia, mas com ritmos diferentes: mais rápida na indústria e mais lenta nos serviços

Assistiu-se a uma evolução favorável do PIB no 2° trimestre do ano, de acordo com as Contas Nacionais trimestrais do INE, refletindo a reabertura gradual das atividades económicas que teve início nesse período, em contraste com o confinamento geral que predominou no primeiro trimestre do ano.

No conjunto dos dois primeiros trimestres do ano, o PIB cresceu 4,8% face ao mesmo período de 2020, mas correspondendo ainda a um decréscimo de -5,4% face aos dois primeiros trimestres de 2019. O PIB no 2° trimestre do ano ficou ainda 3,4% abaixo do PIB no 2° trimestre de 2019, e 1,1% abaixo do PIB em 2018, ficando 2% acima do PIB no 2° trimestre de 2017.

É ainda de salientar que o decréscimo do PIB em 2020 terá sido ainda mais acentuado, de -8,4% (face aos -7,6%, divulgados anteriormente), de acordo com as recentes revisões das estimativas das Contas Nacionais (divulgadas em finais de setembro).

As projeções do Banco de Portugal de outubro face às de junho mantiveram a projeção de crescimento do PIB para 2021 em 4,8%, com alguma recomposição no crescimento das componentes da procura agregada. Foi revisto em alta o crescimento do consumo privado para 4,3% (+1,1 ponto percentual-p.p.), e revisto em baixa o crescimento do investimento para 5,6% (-2 p.p.), e o crescimento das exportações para 9,6% e o das importações para 9,7% (-4,9 p.p. e -3,5 p.p., respetivamente). As projeções para o crescimento quer do emprego quer do número de horas trabalhadas foram revistas em alta, para 2,6% e 8,4% (face às de junho de 1,3% e 5,9%, respetivamente) e a taxa de desemprego foi revista em baixa para 6,8% (face à de 7,2% projetada em junho). A projeção para a inflação em 2021 passou para 0,9% (+0,2 p.p., que a projeção de junho), refletindo o impacto de algumas falhas em cadeias de abastecimento industriais, do aumento do preço de algumas matérias primas nos mercados internacionais, bem como do aumento do preço do petróleo e da eletricidade.

As medidas de desconfinamento intensificadas no segundo semestre do ano, bem como os avanços alcançados no processo de vacinação e o consequente controlo da pandemia, favoráveis à trajetória de recuperação da economia portuguesa, são já visíveis na melhoria dos indicadores de confiança, ainda que com ritmos diferentes de recuperação ao longo do tempo.

Nos indicadores de confiança do INE, observou-se uma melhoria no indicador de confiança dos consumidores, tanto em agosto como em setembro, quase chegando aos níveis anteriores à pandemia mas. No indicador de clima económico, eviden-

ciando maior variabilidade nos meses mais recentes, verificou-se em setembro uma diminuição: os indicadores de confiança na Construção e obras públicas, no Comércio e nos Serviços, diminuíram, e com maior intensidade nos serviços, só se tendo observado um aumento no indicador de confiança da indústria transformadora.

No comércio internacional de bens, no conjunto dos primeiros sete meses de 2021 as importações de bens aumentaram 17,3% face a 2020, e as exportações de bens aumentaram 22,2%, mantendose na trajetória crescente que as caracterizam desde o segundo trimestre do ano.

No mercado de trabalho, os índices sectoriais do número de horas trabalhadas voltaram a evoluir favoravelmente, ainda que permaneçam abaixo dos níveis de 2019, anteriores à pandemia. Com efeito, no conjunto dos primeiros sete meses de 2021, por comparação com 2020, traduzem um aumento homólogo no número de horas trabalhadas de +1,5% no comércio a retalho e um menor decréscimo homólogo, de -1,9%, nos Serviços (mas correspondendo a decréscimos homólogos de -8,7% e de -14,8%, face a 2019, respetivamente). Na indústria, face aos 7 primeiros meses de 2020 registou-se também um acréscimo de +5,2% no índice de horas trabalhadas, mas ainda uma quebra de -5,5% face a 2019.

A recuperação gradual é reflete-se quer nos indicadores de consumo, quer nos de investimento, estando ainda por alcançar, na maioria dos casos, os níveis anteriores à pandemia.

### i) Na componente do consumo:

- Os movimentos realizados na rede multibanco (levantamentos, pagamentos de serviços e compras, em valor) mantiveram-se na trajetória crescente, com um crescimento homólogo de 12,2% em agosto e de 10,2% considerando o valor acumulado nos primeiros 8 meses do corrente ano, face ao ano anterior
- No sector automóvel, embora se registe uma evolução positiva face ao ano de 2020, com um acréscimo homólogo de 10% nas matrículas de automóveis ligeiros (novos) no conjunto dos oito primeiros meses do ano (-31,5% no primeiro trimestre e +25,6% no primeiro semestre), continua a registar-se uma evolução negativa face a 2019 (-36,2% que nos primeiros oito meses de 2019)

- O índice de volume de negócios (IVN) do comércio a retalho, em agosto último registou um acréscimo homólogo de 3,1%, de 1,8% em julho e de 6,9% em junho. No conjunto dos oito primeiros meses do ano, a variação homóloga face a 2020 foi de 3,2%, contudo face a 2019 foi de -14%
- As vendas de gasolina (em toneladas) de janeiro a julho, aumentaram 3,1% face a 2020, mas decresceram 17,5%, face a 2019

### ii) Na componente do investimento:

- As matrículas de veículos comerciais ligeiros registaram de janeiro a agosto um acréscimo homólogo de 16,4%, mas decresceram -26,3% quando comparadas com igual período de 2019
- Nos veículos pesados novos as matrículas registaram um acréscimo homólogo de 40,3% nos primeiros 8 meses do ano face a 2020 e um decréscimo de -15,2% quando comparados com os mesmos meses em 2019
- As vendas de cimento no mercado interno, de janeiro a agosto, segundo o índice de vendas do Banco de Portugal, registaram um acréscimo homólogo de 7% face a 2020 e de 17,9%, face a 2019, ainda que evidenciem oscilações nos meses mais recentes (a variação homóloga mensal, face aos meses de 2020, foi negativa em junho, de -1,3%, e em julho, de -0,9% e voltou a ser positiva em agosto: +6,2%).
- A importação de máquinas, partes e acessórios, apesar de no mês de julho ter registado uma desaceleração significativa, mantem uma trajetória ascendente, com um crescimento homólogo, de janeiro a julho, de 16,6%, face a 2020 e de 4,2%, face a 2019
- o índice de produção industrial dos bens de investimento registou em agosto uma variação homóloga de -24,8% face a agosto de 2020 e de -26,8% face a agosto de 2019. No conjunto dos primeiros oito meses registou-se um acréscimo de 2,5%, face ao mesmo período em 2020, e um decréscimo de -14,5%, face aos primeiros oito meses de 2019

É ainda de destacar o maior impacto negativo dos períodos de confinamento e da mais lenta recuperação nas atividades de serviços, normalmente mais diretamente afetadas pela necessidade de distanciamento social, por comparação com os restantes sectores, sendo esse o caso das atividades turísticas, da restauração, do comércio a retalho, das atividades culturais e artísticas e de algumas outras categorias de serviços.

No Turismo assinalam-se algumas evoluções favoráveis, embora o sector se mantenha ainda muito aquém dos desempenhos anteriores à pandemia.

No passado mês de agosto o n° de dormidas de residentes teve um crescimento homólogo de 24,2% e as dormidas de não residentes um aumento homólogo de cerca de 94,5%. No conjunto dos primeiros oito meses, as dormidas de residentes aumentaram 29,1% face a 2020, mas decresceram -18,9% face ao mesmo período de 2019. As dormidas de não residentes, diminuíram -6,4% face ao período de janeiro a agosto de 2020, correspondendo a uma quebra de -75,6%, face a 2019. No conjunto dos oito meses, a região de Lisboa mantem-se ainda abaixo do total de dormidas atingido em igual período de 2020, mas todas as regiões estão ainda aquém dos níveis de 2019. Uma única exceção nas dormidas de residentes: na Madeira as dormidas de residentes no conjunto dos primeiros oito meses superaram o total de dormidas de residentes em 2019.

A quebra na atividade do Transporte Aéreo no primeiro semestre do ano foi também muito significativa: o movimento de passageiros nos aeroportos nacionais reduziu-se -44,6%, face ao 1° semestre de 2020 e -80,4% face ao 1° semestre de 2019. O movimento de carga e correio (em toneladas) no primeiro semestre do corrente ano já aumentou face a 2020 (+18,4%), embora continue aquém dos níveis de 2019 (-14,7% face ao 1° semestre de 2019).

As diferenças no ritmo de recuperação das atividades nos diferentes sectores, são igualmente evidenciadas na evolução da faturação nas empresas, bem como na evolução diferenciada do emprego nos diferentes sectores.

O índice de volume de negócios (IVN) da indústria do INE, em julho, registou um acréscimo homólogo de +11,8%, embora quando comparado com julho de 2019 corresponda praticamente a uma estagnação (-0,3%). No conjunto dos sete primeiros meses do ano o crescimento homólogo foi de +15,4% face a 2020, enquanto que face a 2019 a variação do IVN foi negativa (-1,3%).

No caso da **globalidade do comércio a retalho,** o IVN em agosto ficou 3,1% acima do nível de 2020, mas ainda 0,1% abaixo do nível de 2019. No conjunto dos 8 primeiros meses de 2021 o crescimento homólogo face a 2020 foi de +3,2%, mas continua aquém do nível de 2019 (-1,4%).

O IVN do comércio a retalho não alimentar, no conjunto dos primeiros 8 meses do ano, cresceu 3,8% face a 2020, mas reduziu-se em -5,8% face a 2019, sendo de salientar a severidade da evolução do IVN do comércio a retalho de Têxteis, vestuário, calçado e artigos de couro: no conjunto dos primeiros 8 meses aumentou 0,1% face a 2020, e reduziu-se -34,4% face a 2019. Do lado positivo continua a destacar-se o crescimento do comércio a retalho Por correspondência, Internet e Outros meios, com acréscimos homólogos de 28,3% face a 2020 e de 35,6% face a 2019.

O IVN do **comércio a retalho alimentar** entre janeiro e agosto registou um crescimento homólogo de 2,5%, face a 2020, e de 4,4% face a 2019, embora esse bom desempenho tenha ocorrido apenas nos estabelecimentos não especializados, já que a evolução nos estabelecimentos especializados foi negativa (-1,5% e -12%, respetivamente).

No sector dos **Serviços** (excluindo o comércio a retalho) o IVN em julho aumentou 11,8% face a 2020 e diminuiu -6,3%, face a 2019. Considerando o IVN no conjunto dos 7 primeiros meses do ano, verificou-se um aumento de 6,4% face a 2020 e um decréscimo de -12% face a 2019. É de salientar que com exceção das Atividades postais e de Courrier, das Telecomunicações, das Atividades de edição, da Consultoria e programação informática, das Atividades dos sistemas de informação, das Atividades de investigação científica e das Atividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins, todas as restantes áreas de serviços evidenciam em julho, decréscimos expressivos no volume de negócios, face ao nível de 2019.

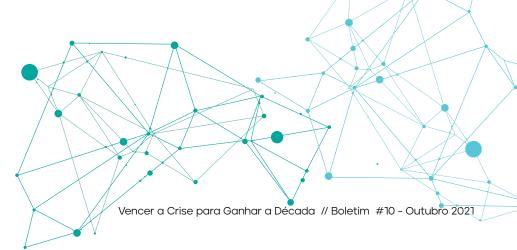
No mercado de trabalho, no qual foram acionadas várias medidas de proteção ao emprego no contexto da pandemia e dos períodos de confinamento obrigatório, nelas se destacando o layoff simplificado, de acordo com as estimativas mensais provisórias do INE do Inquérito ao Emprego, em julho e agosto o emprego aumentou +4,8% e +3,8%, face a julho e agosto de 2020, respetivamente, e 1,5% e 0,7% face a julho e agosto de 2019. O número de desempregados em julho e agosto diminuiu -16% e -20,9% face aos mesmos meses em 2020, face a julho de 2019 ainda aumentou 1,2%, mas face a agosto de 2019 já diminuiu -1,8%. A subutilização do trabalho decresceu -18,4% face a agosto de 2020 e -1,1% face a agosto de 2019.

No conjunto dos primeiros oito meses do ano o emprego aumentou 1,9% face a 2020 e 0,1% face a 2019. O número de desempregados diminuiu -1,4% face a 2020, mas aumentou 2,4% face a 2019. A subutilização do trabalho diminuiu -7,3% face a 2020 e -1,5% face a 2019.

Segundo dados do Inquérito ao Emprego divulgados pelo Banco de Portugal, face à anterior recessão (no período 2011/2013), e de forma transversal aos diversos sectores de atividade, entre o 1° trimestre de 2020 e o 2° trimestre de 2021 foram menores os fluxos trimestrais entre o emprego e o não emprego (desemprego ou inatividade), em grande parte explicados pelo amortecimento proporcionado pelas medidas de apoio criadas.

Em termos sectoriais, os resultados do 2° trimestre do corrente ano do inquérito ao emprego revelam, na Agricultura e pescas, decréscimos homólogos face ao 2° trimestre de 2020 e de 2019, de -5,9% e de -6,6% respetivamente, no emprego da Indústria, Construção e Energia, um aumento de 3,2% e uma redução de -0,2% face aos 2° trimestres de 2020 e 2019, respetivamente, e nos Servicos aumentos de 5,4% e de 1,4% face aos 2° trimestres de 2020 e de 2019, respetivamente. Nos Serviços continuam a merecer destaque as quebras no emprego do Alojamento, restauração e similares (-32,4 mil indivíduos, face ao 2° trimestre de 2020 e -72.9 mil face ao de 2019), nas atividades administrativas e dos serviços de apoio (-15,9 mil indivíduos face ao 2° trimestre de 2020 e -25,9 mil face ao de 2019), nas Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (-11,4 mil indivíduos face a 2020 e +1,1 mil, face a 2019) e nos outros serviços (-40,6 mil pessoas e -44,6 mil, face a 2020 e face a 2019, respetivamente).

No que se refere às transições de empregados entre sectores de atividade durante a pandemia (entre o 1° trimestre de 2020 e o 2° trimestre de 2021), segundo os dados do Inquérito ao Emprego divulgados pelo Banco de Portugal, verificou-se por essa via um aumento do emprego na Agricultura e produção animal, bem como na Construção, e uma redução na Indústria e nos Serviços. Entre os serviços destaca-se o fluxo líquido de entradas nas atividades de Informação e Comunicação e o fluxo líquido de saídas no sector do comércio.







### **# AS POLÍTICAS**

# O ACORDO SOBRE "FORMAÇÃO PROFISSIONAL E QUALIFICAÇÃO":

### UM DESÍGNIO ESTRATÉGICO PARA AS PESSOAS, PARA AS EMPRESAS E PARA O PAÍS

Os problemas com que hoje nos confrontamos em matéria de competências são sobejamente conhecidos. Os indicadores existentes demonstram, por exemplo, que uma percentagem, significativa, de adultos possuem competências reduzidas, mas os indicadores comprovam, igualmente, que são já muito acentuadas as diferenças de qualificações por escalões etários. Este facto traz especiais problemas às faixas etárias mais elevadas, principalmente no contexto de maiores permanências no mercado de trabalho, por efeito das políticas mais restritivas em matéria de reformas. O "gap" existente (cerca de 20% das pessoas com ensino su-

perior, contra 5% nas pessoas que não concluíram o ensino secundário, participam em processos de aprendizagem ao longo da vida) prende-se, também em parte, com a percepção que as pessoas têm sobre a evolução do mercado de trabalho em geral, e dos seus empregos em particular.

Os trabalhadores com maiores qualificações têm uma percepção bem mais clara de que hoje não há empregos para a vida, antes de mais, porque as empresas não duram esse tempo, e este é um dado que vale a pena reter. A esperança média de vida das empresas é cada vez mais curta, e, como

tal, as pessoas irão ter muitos empregos ao longo da vida activa e para isso precisam de desenvolver experiências múltiplas de aprendizagem, de preferência aprendizagens que vão ao encontro do que são factores críticos na contratação e na evolução do mercado de trabalho. Há hoje, em nosso entender, não só um direito individual à formação (consagrado no nosso ordenamento jurídico), mas também um dever das pessoas, individualmente, em participar em processos de aprendizagem ao longo da vida. Circunscrever a formação contínua a um dever das empresas é minimizar um problema que é transversal à sociedade.

O reconhecimento das fragilidades do País em matéria de qualificações, a que acresce o problema, cada vez mais óbvio, da falta de mão-de-obra ditado pelos problemas demográficos conduz à necessidade de intervenção em múltiplos domínios do sistema de educação e formação em Portugal, mas, igualmente, em domínios complementares como o sistema fiscal e as políticas de habitação se pretendermos, por exemplo, ter uma política de captação e retenção de talentos do exterior.

A escassez de mão-de-obra qualificada em alguns sectores está a originar, mesmo nas actuais circunstâncias associadas à pandemia, múltiplos problemas, e uma forma de minimizarmos este problema será sem dúvida através do reforço das qualificações da população activa.

Este contexto, justificou, só por si, que a CCP se tenha empenhado, desde o início, na discussão de um eventual acordo de formação profissional.

A CCP fez propostas em múltiplas áreas, desde o domínio regulamentar, à necessidade de reorganização dos programas operacionais, de forma a evitar a sua dispersão e alguma concorrência entre si, ou sobre a necessidade de se introduzirem estímulos, nomeadamente ao nível fiscal, que incentivem a participação em processos formativos.

O Acordo assinado, recentemente, contempla um conjunto de matérias que procuram responder a algumas destas preocupações e que a CCP vem sinalizando já há muito tempo. Desde logo a revisão profunda e transversal do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), cujos conteúdos estão manifestamente desajustados das necessidades das empresas. A melhoria do Sistema de Acreditação de entidades formadoras, já que hoje a acreditação se baseia quase exclusivamente na "análise de papel", com pouca ou nenhuma avaliação qualitativa e fiscalizadora. A necessidade de assegurar maior autonomia e flexibilidade na gestão aos Centros de Gestão Participada, e não menos importante, o reconhecimento do papel do movimento associativo ao desenvolvimento do sistema de formação. A intervenção das estruturas associativas garante, desde logo, mecanismos mais eficazes de resposta a necessidades sectoriais.

Os trabalhadores com maiores qualificações têm uma percepção bem mais clara de que hoje não há empregos para a vida, antes de mais, porque as empresas não duram esse tempo, e este é um dado que vale a pena reter.

Não menos importante, o acordo contribui para a elevação das competências digitais como factor inclusivo dos trabalhadores e transformador da economia.

Em síntese, o Acordo pode representar, se adequadamente concretizado, um contributo para melhor preparar empresas e trabalhadores para as transformações previsíveis do mercado de trabalho. A inteligência artificial (IA) e a robótica vão alargar e amplificar os efeitos da digitalização da economia, com consequências importantes ao nível dos postos de trabalho, mesmo num cenário minimalista e este facto exige que se actue com celeridade. O acordo pode contribuir para minimizar um problema com que ainda estamos confrontados de perda de oportunidade de captação de investimento directo estrangeiro pela ausência de quadros e técnicos qualificados em múltiplas áreas, desperdiçando-se, inclusivamente, as excelentes infraestruturas de que o País dispõe e, em última análise, cercando o desenvolvimento assente num modelo económico virado para o futuro. Pensamos que temos que fazer um esforço significativo para incorporarmos na sociedade portuguesa uma cultura de formação ao longo da vida. O PRR e o novo ciclo de Fundos Estruturais podem ser um novo espaço de oportunidades para corrigir alguns dos constrangimentos actuais, mas muitas outras dimensões têm que ser trabalhadas.

Espera-se, agora, que o Governo cumpra os compromissos assumidos neste Acordo, envolvendo os parceiros sociais no desenvolvimento das medidas mais estruturantes incluindo o próximo ciclo de fundos estruturais. •



### PRR UM OLHAR DO LADO DAS EMPRESAS

### APROVEITAR OS RECURSOS DISPONÍVEIS REQUER A INCORPORAÇÃO DE VALOR DAS EMPRESAS NACIONAIS EM OFERTAS SOFISTICADAS

Concretizada a aprovação do PRR, sem esquecer a sua trajetória de construção ou as diferenças assinaladas na altura própria relativas a algumas opções formuladas, a principal preocupação cen-

tra-se agora na sua operacionalização para aproveitar com eficácia um processo, que se pretende sustentável, de transformação competitiva da economia e sociedade portuguesa.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> A CCP faz parte da Comissão Nacional de Acompanhamento em três comissões especializadas: - Território, Digital e Economia e Empresas.

### Empresas como beneficiárias finais do PRR

Componenete/ Investimentos		2021	2022	2023	2024	2025	2026	Custo Total	Beneficiário Final
RE-C05-i01.01	Agendas/Alianças mobilizadoras para a Inovação Empresarial	55	112	112	112	112	55	558	Empresas
RE-C05-i01.02	Agendas/Alianças Verdes para a Inovação Empresarial	38	74	74	74	74	38	372	Empresas
RE-C05-i02	Missão Interface - renovação da rede de suporte C&T e orientação para o tecido produtivo	19	37	37	37	37	19	186	Infraestruturas de I&I
RE-C05-i03	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria	5	21	28	23	76	0	93	Empresas; Infraestruturas de I&I
RE-C05-i06	Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento	1300	250	0	0	0	0	1550	Empresas
RE-C06-i01	Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional	15	189	204	184	118	0	710	Centros de Formação
RE-C06-i02	Compromisso Emprego Sustentável	138	46	46	0	0	0	230	Empresas
TC-C10-i01	Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul	3	36	27	16	6	0	87	Empresas; Infraestruturas de I&I
TC-C10-i02	Transição Verde e Digital e Segurança nas Pescas	2	5	7	7	1	0	21	Empresas
TC-C11-i01	Descarbonização da Indústria	56	182	241	140	96	0	715	Empresas
TC-C12-i01	Bioeconomia	18	34	40	34	19	0	145	Empresas + ESCTN
TC-C13-i03	Eficiência energética em edifícios de serviços	1	12	25	24	9	0	70	Empresas
TC-C14-i01	Hidrogénio e gases renováveis	6	34	62	56	28	0	185	Empresas
TC-C15-i05	Descarbonização dos Transportes Públicos	5	41	2	0	0	0	48	Empresas
TD-C16-i01	Capacitação Digital das Empresas	6	12	18	25	39	0	100	Empresas
TD-C16-i02	Transição Digital das Empresa	30	121	107	112	80	0	450	Empresas
TD-C16-i03	Catalização da Transição Digital das Empresas	14	19	20	22	25	0	100	Empresas
Total Anual		1.710	1.224	1.049	865	660	112	5.620	

Fonte: PRF

Nota: Medidas em acompanhamento pela comissão especializada de Economia e Empresas

O valor global do investimento do PRR corresponde a 16.644 milhões de euros, sendo 13.944 milhões assegurados em regime de subvenção e 2.700 milhões em regime de empréstimo.

Para as empresas as oportunidades surgirão, fundamentalmente, pela aposta que conseguirem fazer na transição digital e ambiental. Um olhar sobre o PRR na perspectiva das empresas, enquanto beneficiárias finais, permite identificar que até ao horizonte de 2026 estarão disponíveis fundos no valor de 4.329 milhões de euros (cerca de 26% do total) subindo este valor para 5.620 milhões de euros (aproximadamente 34% do total) com a inclusão de medidas que incidem sobre os centros de formação e sobre infraestruturas do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

### Evolução Anual dos Fundos



O peso das empresas enquanto beneficiários finais do PRR em 2021, situa-se em 64% de um total 1.700 milhões de euros, devendo-se fundamentalmente ao processo de capitalização do Banco Português de Fomento (BPF) que concentra 1.300 milhões (medida RE-C05-i06 - Capitalização das Empresas e Resiliência Financeira). Contudo, esta verba afeta ao BPF destina-se a investir em empresas sobre a forma de capital próprio ou quase-capital próprio, pelo que os efeitos esperados desta medida se farão sentir, não em 2021, mas sim, de forma gradual ao longo dos próximos anos.

Outras rubricas do PRR podem ter fortes impactos na competividade e diversificação da economia portuguesa. O Estado deve desempenhar o seu papel contribuindo para a redução de custos de contexto, promovendo a eficácia dos serviços de relacionamento com as empresas através do potencial tecnológico atualmente existente e fa-

zendo de forma exemplar a sua própria transição digital. Mas existe outro nível de atuação em que o Estado deverá agir rápida e inteligentemente, colocando à sociedade desafios sofisticados, estimulando as empresas (*startups* e empresas dos vários escalões dimensionais) e as instituições do sistema científico e tecnológico nacional a dar resposta e a utilizarem esses projetos como piloto para servir novos públicos e escalar internacionalmente.

A capacidade concorrencial das empresas nos mercados em que se posicionam depende, como sempre na vida empresarial, da sua capacidade inovadora (ao nível da tecnologia, dos modelos de negócio, da organização, do marketing), mas também da rapidez com que se responde às oportunidades emergentes de segmentos da procura crescentemente globalizados.

Neste domínio ressalta a importância de aproveitar os fundos europeus numa perspetiva de produtores de soluções para a transição digital e climática e não de meros consumidores de tecnologias. Um bom exemplo deste caminho são as Agendas Mobilizadoras para a Inovação empresarial do PRR (quer os Pactos de Inovação, quer os Projetos Mobilizadores de Agendas de Inovação) em que existem expectativas positivas em relação à sua capacidade de se afigurarem como instrumentos importantes para vencer este desafio.

As empresas, em especial na área do comércio e dos serviços, serão utilizadoras finais de muitas das novas aplicações, mas também as principais produtoras de soluções inovadoras nas áreas das transformação digital e transição climática.

Importa, por tudo isto, focar na incorporação de valor tanto quanto na capacidade de execução, assegurando que o impacto dos fundos estruturais incide verdadeiramente nas transformações económicas e sociais necessárias para promover um acréscimo de competitividade da economia portuguesa.

Para as empresas as oportunidades surgirão, fundamentalmente, pela aposta que conseguirem fazer na transição digital e ambiental.

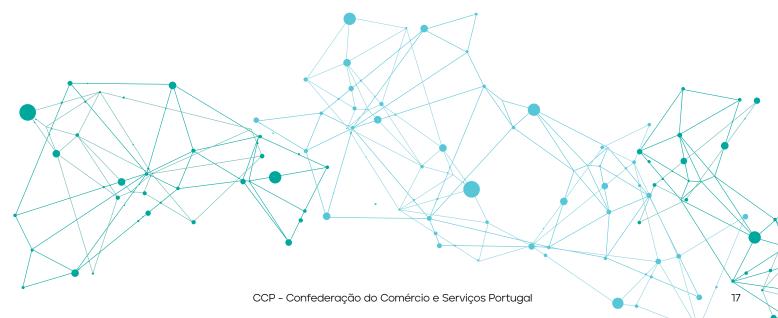
## PPR= 13.944 M€

Regime de subvenção

2.700 M€

Regime de empréstimo

# 16.644 M€





### PACOTE DA UNIÃO EUROPEIA "FIT FOR 55" VISANDO ATINGIR A NEUTRALIDADE CLIMÁTICA

A Comissão Europeia (CE) lançou, no passado dia 14 de Julho de 2021, o seu pacote **"Fit for 55"**, um pacote de propostas que visa uma redução das emissões líquidas de gases com efeitos de estufa (GEE) de, pelo menos, 55% até 2030, quando comparado com os níveis de 1990.

Este objectivo, considera a CE, é fundamental para que a Europa possa tornar-se o primeiro continente do mundo neutro em termos climáticos até 2050 e tornar o Acordo Climático Europeu uma realidade.

O pacote visa assegurar a infra-estrutura necessária para uma revisão da legislação energética e

climática que permita atingir a redução de emissões, incentivando as empresas a investir em tecnologias limpas e apoiando a União Europeia (UE) a atingir as metas traçadas no Acordo de Paris.

A Presidente Ursula von der Leyen relembrou, já, a respeito, que o financiamento da UE denominado "Next Generation EU" ("Próxima Geração UE", enquadrado nos esforços de recuperação da crise com que a Europa se defronta, derivada da pandemia COVID-19) tem 1/3 das suas verbas alocadas a projectos "verdes", complementando esquemas nacionais por forma a assegurar o investimento.

O pacote envolve um enquadramento regulamentar que inclui **4 grandes domínios**:

#### Os preços

- Um sistema de trocas comerciais de emissões mais forte, incluindo na aviação
- A extensão do sistema de trocas comerciais de emissões ao transporte marítimo, ao transporte rodoviário e aos edifícios
- A actualização da Directiva Tributação da Energia
- Um novo Mecanismo de Ajustamento das Emissões de Carbono nas Fronteiras

#### Os objectivos

- Actualização do Regulamento Partilha de Esforços
- Actualização do Regulamento Uso do Solo e Florestas
- · Actualização da Directiva Energias Renováveis
- · Actualização da Directiva Eficiência Energética

#### As regras

- Uma performance CO<sub>2</sub> mais exigente para automóveis e carrinhas
- Uma nova infra-estrutura para combustíveis alternativos
- ReFuelEU: combustíveis mais sustentáveis para a aviação
- FuelEU: combustíveis mais limpos para o transporte marítimo

#### As medidas de apoio

 Utilizar receitas e regulamentações para promover a inovação, construir a solidariedade e mitigar os impactos para os mais vulneráveis, através do novo Fundo Social Climático e de Fundos para a Modernização e Inovação melhorados.

No concreto, a proposta inclui 13 alterações de políticas - nomeadamente, de peças legislativas - para se alcançar a neutralidade climática em 2050, tal como previsto no Pacto Ecológico Europeu:

 A revisão do Sistema de Trocas comerciais de Emissões, bem como a criação de um novo esquema para os edifícios e para o transporte rodoviário;

- A revisão do Regulamento Partilha de Esforços, por forma a estabelecerem-se **metas de redução das emissões** mais exigentes para cada Estado-Membro, tendo em conta os seus pontos de partida;
- Um Mecanismo de Ajustamento das Emissões de Carbono nas Fronteiras, para compensar o excesso de CO<sub>2</sub> emitido na produção de produtos em países com políticas deficientes relativamente às emissões:
- A revisão da Directiva Tributação da Energia, por forma a alinhá-la com as políticas energética e climática;
- A revisão do Regulamento relativo à inclusão das emissões e das remoções de gases com efeito de estufa resultantes das actividades relacionadas com o uso do solo, com a alteração do uso do solo e com as florestas no quadro relativo ao clima e à energia para 2030, o qual será ligado à estratégia da UE para as florestas:
- Alteração da Directiva Energias Renováveis, para aumentar a produção de energia renovável em 40% até 2030 e tornar obrigatório o uso de energia renovável nos edifícios;
- Alteração da Directiva Eficiência Energética, para incrementar as metas de redução de emissões ao nível da UE;
- Alteração do Regulamento que estabelece os níveis de emissões de CO<sub>2</sub> para automóveis e carrinhas, através do estabelecimento de novas exigências na redução dos níveis de emissão para os novos carros, por forma a alcançar-se zero-emissões para estas viaturas em 2035;
- Alteração da Directiva Infra-estruturas para Combustíveis Alternativos, alinhando-a com os níveis supra referidos de CO2 para automóveis com carregamento em estações públicos (infra-estruturas de electrificação em edifícios comerciais estão em discussão no pacote "Renovation Wave", o qual é esperado para o final de 2021);
- ReFuelEU Aviação, visando combustíveis sustentáveis para a aviação;
- Fuel EU Marítimo: visando um transporte marítimo Europeu que seja "verde".

No que toca ao novo Mecanismo de Ajustamento das Emissões de Carbono nas Fronteiras – uma das principais propostas do "Fit for 55" e já referido aquando do lançamento do pacote de medidas de combate aos efeitos da crise – o objectivo é igualar o preço das emissões de carbono para

bens produzidos na UE, cobertos pelo Sistema de Trocas Comerciais de Emissões, e para os bens importados de países terceiros.

A Comissão realçou, fundamentando a criação deste novo Mecanismo, o risco de fuga de carbono, conduzindo a uma mudança da produção intensiva em energia para fora da UE, para locais onde existam menores obrigações ambientais e considera, ainda, que isto não representará uma taxa ou um imposto. A medida deverá aplicar-se a produtos, não a países, mas examinará o regime de emissões de  ${\rm CO_2}$  – essencialmente, no país de origem do produto.

Estando a CCP filiada, ao nível europeu, na SMEunited e na Eurocommerce, refira-se que estas entidades já emitiram as suas primeiras opiniões sobre o pacote "Fit for 55", tendo as suas posições apontado o que abaixo é referido.

#### **SMEunited**

- enfatizou a necessidade de um elevado nível de certeza, para as empresas investirem, bem como de se limitar encargos regulamentares adicionais;
- dado o curto prazo para se atingirem as metas traçadas, será necessário um alinhamento legis-

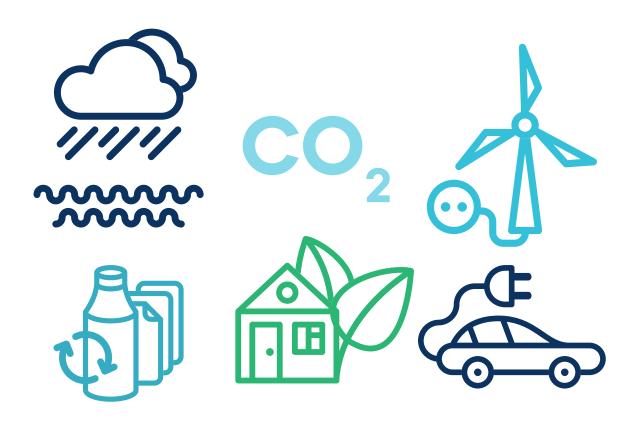
lativo, em especial, relativamente às Directivas sobre Eficiência Energética e sobre Energias Renováveis, as quais foram revistas recentemente e que não estão ainda plenamente implementadas em alguns Estados-Membros;

- um Fundo Social Climático não conseguirá mitigar completamente o efeito negativo do aumento dos preços dos combustíveis ao nível dos lares e do automóvel;
- a complexidade no cálculo para a declaração das emissões de produtos importados cria o risco de que os pequenos importadores enfrentem preços mais elevados, pelo que importa que os procedimentos e condições sejam fáceis e sem custos.

#### Eurocommerce

A Eurocommerce realçou, já, que os retalhistas e os grossistas têm trabalhado, em toda a Europa, para contribuir para a redução dos GEE, promovendo a sustentabilidade das cadeias de abastecimento, quer nas suas operações, quer relativamente aos seus clientes.

Todos os interessados em conhecer estes esforços poderão aceder a informação concreta em: #sustainablecommerce website •





### **# OS DESAFIOS**

### A LONGEVIDADE E A ECONOMIA DOS SERVIÇOS

# O AUMENTO DA ESPERANÇA DE VIDA E O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO CRIAM NOVAS OPORTUNIDADES NO PLANO ECONÓMICO, EM ESPECIAL AO NÍVEL DA OFERTA DE SERVIÇOS

Juntamente com o desenvolvimento das tecnologias digitais e o combate às alterações climáticas, duas transformações demográficas fazem parte das forças motrizes que irão moldar a sociedade do futuro: o envelhecimento populacional e o aumento da longevidade. Elas estão estreitamente relacionadas entre si: as sociedades envelhecem quando entram no chamado "inverno demográfico", em que se observa simultaneamente o aumento da longevidade e a queda da natalidade, do que resulta a incapacidade em renovar as gerações.

No entanto, envelhecimento e longevidade engendram consequências diferentes. O mundo do trabalho e da segurança social será certamente afetado pelo aumento da proporção de pessoas com mais de 65 anos relativamente ao número de pessoas em idade ativa. Em Portugal, tínhamos 24% em 2000, temos 35% na atualidade e prevê-se que possamos ter 72% em 2070. As relações intergeracionais serão certamente influenciadas pelo aumento da relação entre idosos e jovens, que deverá passar de 168 para 306 no mesmo período. Qualquer que seja a medida utilizada, Portugal é já hoje nas comparações internacionais um dos

cinco países mais envelhecidos do mundo, e assim continuará nas próximas décadas.

As consequências do envelhecimento populacional sobre o emprego e o crescimento económico têm sido objeto de atenção por parte de governos e organizações internacionais. Elas são quase sempre de sinal negativo, destacando-se a redução do incentivo à inovação e a queda da produtividade como consequência de uma força de trabalho envelhecida. Reduzindo-se o número de ativos em relação ao número de pensionistas, o sistema de pensões ficará submetido a uma pressão financeira crescente, correndo o grave risco de insustentabilidade. O aumento da importância da população idosa exercerá igualmente uma pressão crescente sobre os gastos com os sistemas de saúde e de cuidados continuados.

A Comissão Europeia publica de três em três anos um relatório onde se estimam os efeitos do envelhecimento populacional sobre o aumento da despesa pública em proteção social. Na última edição, de 2021, são projetados para Portugal e para a média da UE-27, os seguintes valores, expressos em pontos percentuais do PIB:

Aumento da despesa	Port	ugal	União E	União Europeia		
pública (em % do PIB)	2040	2070	2040	2070		
Pensões	+1,7	-2,7	+1,2	+O,1		
Educação	-0,3	-O,7	-O,2	-0,2		
Saúde	+7,7	+1,6	+0,7	+0,9		
Cuidados	+0,2	+0,4	+0,5	+1,1		
Total	+2,7	-1,3	+2,2	+1,9		

Fonte: European Commission, Ageing Report 2021

O período que medeia entre a atualidade e a década de 40 é desafiante para um país como Portugal, que terá de fazer face ao aumento simultâneo da despesa com pensões, saúde e cuidados continuados, em linha com o resto da Europa, mas com o handicap considerável de partir de uma situação com elevados níveis de dívida pública e de carga fiscal, o que reduz a sua margem de manobra para lidar com crises futuras. É de salientar que os valores projetados correspondem a um cenário de base assente em hipóteses relativamente benignas, como sejam um crescimento da produtividade mais rápido do que a média europeia, uma recuperação da natalidade para valores próximos da média europeia e um saldo migratório sempre positivo.

Quando se fala de aumento da longevidade, o diagnóstico é bem mais mitigado, sendo hoje consensual que encerra não só desafios como também oportunidades. É inegável o avanço civilizacional que representa para as gerações do Baby boom e seguintes, a possibilidade de gozar de uma segunda vida depois da vida de trabalho. A esperança de vida à nascença, que, em 1960 era de 61 anos para os homens e 66 para as mulheres, situa-se atualmente em 78,6/84,8 anos (H/M) e prevê-se que aumente para 83,2/88,3 anos (H/M) em 2050. Projeta-se que a esperança de vida aos 65 anos aumente em média um ano por década.

Entre os desafios que a longevidade coloca, situa-se em primeiro lugar a necessidade de garantir a qualidade de vida dos idosos, de acordo com o conhecido lema da OMS - "é necessário dar vida aos anos, depois de termos dado anos à vida". Trata-se sem dúvida de uma questão relevante, ainda largamente por resolver em Portugal, onde mais de metade do tempo de vida após os 65 anos (57% para os homens e 70% para as mulheres) é vivido com incapacidades várias, devidas a doenças graves e a limitações à mobilidade ou à participação social, números muito acima dos que se encontram noutros países europeus com níveis de esperança de vida idênticos ao de Portugal.

Com a extensão da vida humana, aumenta a frequência de doenças crónicas, como a demência, a obesidade, a diabetes ou o cancro, que exigem formas de acompanhamento continuadas. Com a crescente participação da mulher no mercado de trabalho e a disrupção do modelo tradicional de família, o modelo informal de cuidados deixou de funcionar, criando-se um vácuo que as instituições públicas, de solidariedade social e de mercado estão longe de preencher. Continua a haver um enorme défice de cuidadores formais e informais e Portugal ocupa o último lugar na escala europeia em cuidados continuados. Daí que a ideia de longevidade ainda seja percebida por muitos não como um resultado benéfico do desenvolvimento social, mas com ansiedade e receio.

O segundo desafio tem a ver com o enorme desperdício de capital humano, de talentos e de experiência que se perdem, em consequência de normas anquilosadas que se teimam em manter, como a obrigação de reforma a partir de uma idade fixa, ou de comportamentos discriminatórios baseados apenas no critério da idade (idadismo). Para que a longevidade se traduza na prática pela possibilidade de encetar novas atividades, e de participar na vida social, será necessário por um lado, eliminar as barreiras normativas e ideológicas herdadas do passado, e por outro promover a formação ao longo da vida, as formas de trabalho socialmente útil e o incentivo à acumulação em planos de pensões adequados.

Em contrapartida, o aumento da longevidade constitui uma oportunidade, na medida em que promove as atividades económicas que respondem às necessidades das pessoas com mais de 50 anos, incluindo não só os produtos e serviços que eles adquirem diretamente como também as atividades consequentemente geradas por esta despesa. A importância deste desenvolvimento é tal que justificou a emergência de um novo conceito - a Economia da Longevidade ou "Silver Economy". Este novo conceito não se identifica com um só mercado, mas cruza uma variedade de sectores como os serviços de saúde e de cuidados continuados, os bancos e seguros, o automóvel, a energia, a habitação, as telecomunicações, o entretenimento e o turismo, entre outros. Ele põe em causa o mito do idoso como peso para a sociedade. Com efeito, desde que saudável e ativo, ele tem um contributo a dar à sociedade, enquanto consumidor, trabalhador, remunerado ou voluntário, e contribuinte.

O potencial deste novo ramo da Economia Global é enorme e tem sido destacado por várias organizações internacionais, como a Comissão Europeia, a OCDE ou o Forum Económico Mundial. Na UE, residiam em 2015 cerca de 200 milhões de pessoas com mais de 50 anos, ou seja, 39% da população total, prevendo-se que atinjam 222 milhões em 2025, quando representarão 43% do total. O valor

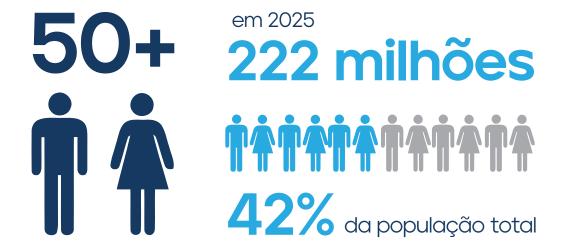
global do consumo em bens e serviços deste grupo é estimado em cerca de 3,7 biliões de euros, prevendo-se que este número cresça 5% ao ano até 2025. Em sectores como a habitação, os cuidados de saúde, a alimentação e os bens e serviços relacionados com a habitação, este grupo é responsável por mais de 40% do consumo total. A contribuição da Economia da Longevidade para o PIB do conjunto da UE foi estimada em 29%, mas poderá aumentar até 32% até meados da presente década. Cerca de 78 milhões de empregos, ou seja 35% da força de trabalho da UE, são sustentados direta ou indiretamente pelas atividades que integram a Economia da Longevidade.

A tecnologia e a inovação fornecem soluções potenciais aos desafios colocados pelo crescente número de pessoas idosas. Porque criam novos nichos de mercado e aumentam a oferta de produtos e serviços específicos, como acontece com a utilização das tecnologias digitais em soluções de saúde móvel e eletrónica, tais como a telemedicina e o tratamento integrado de dados, ou em soluções que assegurem a conectividade permanente entre o idoso e a comunidade. Muitos aovernos estão a reajustar as capacidades de inovação e de I&D na direção das tecnologias relacionadas com o aumento da longevidade e com os desafios e oportunidades que esta representa. Isso leva-os a trabalhar mais em conjunto com a sociedade civil e as empresas na elaboração de políticas de inovação.

As mudanças de estilo de vida associadas à longevidade conduzem a novos padrões de consumo, os quais por sua vez têm implicações para os tipos de produtos e serviços mais procurados. É o caso de um conjunto de atividades dirigidas à ocupação dos tempos livres, por parte dos idosos com maiores disponibilidades, incluindo o turismo, a cultura, a educação, o desporto e a gastronomia.

Muitos países, regiões e cidades estão a estão a levar a sério esta oportunidade e conduzem análises, propõem medidas, e implementam planos de ação estratégicos focados no aumento da longevidade. É o caso, entre outros, do Japão, Coreia do Sul, Irlanda, Finlândia, França e Países Baixos. São cada vez em maior número as empresas que incluem a longevidade como um dos fatores chave das suas estratégias de expansão. Abundam os exemplos, em particular no mundo da tecnologia, dos bancos e dos seguros, não só nos EUA e na Ásia, como a Intel, a Google, a Apple, a Aeon, a Fujitsu, a Pfizer, o Bank of America ou a Deloitte. Mas também na Europa onde a Bosch, a Legrand, a Nestlé e a Philips desenvolveram estratégias para a Economia da Longevidade.

De acordo com a Comissão Europeia, os 10 mercados que oferecem maior potencial de desenvolvimento, não só em resposta às necessidades da população mais idosa, como também enquanto







 $\psi = 40\%$  do consumo total

Economia da longevidade até meados da presente década

**32% 78 milhões 35%** 

do PIB UE

empregos

da força de trabalho da UE

focos estratégicos para o crescimento económico são: 1) serviços de saúde em rede, 2) robótica e jogos, 3) turismo sénior, 4) cuidados continuados conectados, 5) desenvolvimento de soluções habitacionais age-friendly, 6) qualificações para um estilo de vida ativo e saudável, 7) universidades age-friendly, 8) automóveis sem condutor, 9) empreendorismo sénior e 10) plataformas interativas para o desenvolvimento acelerado de produtos e serviços.

E em Portugal? Dado tratar-se de um dos países mais envelhecidos do mundo, Portugal posiciona--se à partida como um país com um forte potencial de aproveitamento da Economia de Longevidade. Se, por um lado, continuam a existir vastas bolsas de pobreza entre a população mais idosa, também é verdade que, à semelhança de outros países europeus, a classe etária com maior rendimento mediano per capita é a classe 55-64, seguida da classe 65-74, o que cria um mercado interno favorável ao desenvolvimento desse potencial. Porém, dadas as insuficiências das estruturas assistenciais e de saúde, bem reveladas durante

a crise pandémica, a prioridade em Portugal continua centrada nos desafios à qualidade de vida dos idosos. Portugal dispõe desde 2017 de uma Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável, e este é o foco exclusivo de várias medidas anunciadas no PRR. As oportunidades ligadas à Economia da Longevidade continuam largamente ignoradas entre nós, o que é de lamentar num momento em que se torna imperativo relançar a economia.

A longevidade deve ser encarada como um processo de transformação social de vasto alcance, em que a crescente duração da vida humana impacta a distribuição dos recursos, modifica os modelos de consumo e de poupança e altera a direção do investimento e da inovação tecnológica. Como tal, deveria suscitar uma resposta estratégica, a partir de um diagnóstico dos desafios e das oportunidades gerados pela longevidade, que reconheça as insuficiências dos mecanismos públicos e de mercado para lidar com a nova realidade, e estabeleça um quadro de políticas orientadas para o futuro.



### QUE DINÂMICA PARA OS TIPOS DE COMPETÊNCIAS EXIGIDAS NOS EMPREGOS NO FUTURO?

### UMA COMPARAÇÃO DE 5 SECTORES ENTRE 2016 E 2030, NOS EUA E EM 5 PAÍSES EUROPEUS

O processo de digitalização em curso nas economias e nas sociedades permite avanços muito significativos no processo de automatização de tarefas nos serviços, na indústria e no sector primário, envolvendo naturalmente uma evolução futura nas competências dos recursos humanos que vão interagir de modo novo com máquinas, também elas com diferentes capacidades de autonomia e de interação com os recursos humanos.

O McKinsey Global Institute (MGI), integrado no seu extenso conjunto de relatórios sobre o futuro do emprego e do trabalho- realizou em 2018 um es-

tudo - "SKILL SHIFT: AUTOMATION AND THE FUTU-RE OF THE WORKFORCE" - sobre o impacto que a Automação e a Inteligência Artificial podem vir a ter nas competências que serão exigidas nos empregos no futuro.

O estudo abrangeu a quantificação das horas de trabalho gastas em 25 categorias de competências exigidas atualmente e no futuro-nos EUA e em cinco Países Europeus- com particular foco numa amostra de cinco sectores: bancos e seguros, energia e minas; serviços de saúde, indústria; comércio de retalho.

Nesse estudo o MGI distinguiu 5 grandes tipos de competências (agrupando as referidas 25 categorias de competências, procurando avaliar qual seria a evolução do peso relativo de cada uma destas competências nos empregos futuros. As categorias consideradas são:

 Competências Físicas e Manuais; Competências Cognitivas Básicas; Competências Cognitivas mais elevadas; Competências Sociais e Emocionais e Competências Tecnológicas

### Distribuição das horas trabalhadas 2016 e 2030 (Previsão)

Por tipos de competências na amostra dos cinco sectores considerados no estudo do MGI - McKinsey Global Institute



Fonte: "In Brief: Skill Shift: Automation and the Future of the Workforce" Discussion Paper ~MGI McKinsey Global Institute, May 23, 2018

Considerando evolução antecipável entre 2016 e 2030 do nº de horas despendidas em cada um dos tipos de competências nessa amostra de sectores os resultados do estudo apontam pra uma profunda mudança no peso relativo dessas competências

- Dois tipos de competências, que hoje ainda caracterizam uma parte muito significativa das horas trabalhadas em atividades na indústria e/ou dos serviços vão deparar-se com uma quebra significativa no n° de horas trabalhadas:
- As Competências Físicas e Manuais que envolvem nomeadamente a operação de equipamentos em geral mas não só, já que envolvem também competências de inspeção e monitorização -, terão uma quebra de procura de 14%, mantendo-se, no entanto, em vários países abrangidos pelo estudo, como o tipo de competências com maior expressão, representando 25% das horas trabalhadas no total em 2030;



- As Competências Cognitivas Básicas que incluem nomeadamente a recolha e o processamento de dados e literacia e capacidade de comunicação básicas poderão ter uma quebra de 15% nas horas trabalhadas, passando de 18% do total em 2016 para 14% das horas trabalhadas em 2030;
- As competências Cognitivas mais elevadas poderão registar um aumento de 8% nas horas trabalhadas, provavelmente concentradas nas atividades mais intensivas em Criatividade processamento complexo - e interpretação - de informação.
- As competências socias e emocionais passarão ser muito mais procuradas associadas como estão à iniciativa empresarial, à capacidade de liderança e à gestão e Organização de pessoas -, poderão registar o um aumento de 24%. Passando a representar 22% do total das horas trabalhadas em 2030.
- E claramente acima de todas as outras, sobressaem as Competências Tecnológicas, que poderão vir a crescer 55% distribuindo-se por todos os sectores, passando dos 11% em 2016 para 17% das horas trabalhadas em 2030. Este aumento afetará quer competências digitais básicas, quer competências tecnológicas avançadas em TIC's, e programação.

(E)

Total das horas trabalhadas em 2030 25%

Competências físicas e manuais

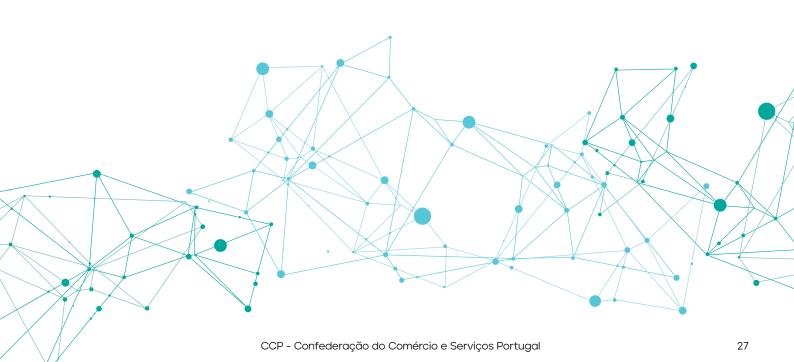
14%

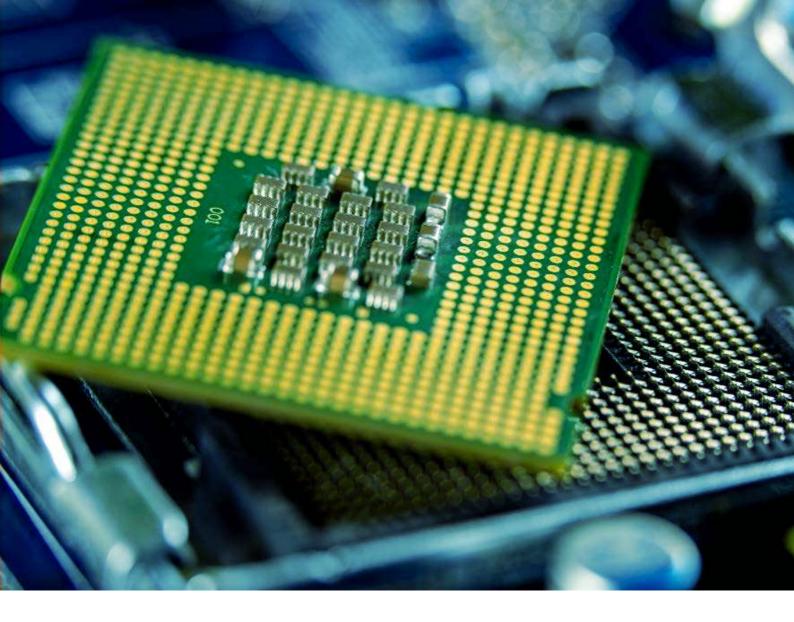
Competências cognitivas básicas 17%

Competências tecnológicas

22%

Competências sociais e emocionais





### A ESCASSEZ DE SEMICONDUTORES MUNDIAL E OS SEUS EFEITOS

### A PRODUÇÃO E CONSUMO DE BENS COM TECNOLOGIA INCORPORADA ESTÃO A SER AFECTADOS DEVIDO À ESCASSEZ DE CHIPS A NÍVEL MUNDIAL

De acordo com o dicionário Priberam de língua portuguesa, o Chip é um "circuito electrónico miniaturizado construído sobre uma fina superfície que contém materiais semicondutores e outro tipo de componentes".

Desde a sua invenção no final da década de 50 do século passado, o chip (ou circuito integrado) tem vindo a assumir um papel cada vez mais relevante na evolução tecnológica da nossa sociedade, estando presente em vários equipamentos tecno-

lógicos (como os automóveis, electrodomésticos, equipamentos digitais, robôs industriais, etc.) e uma utilização diversificada em vários sectores de actividade. A indústria de produção de chips (ou semicondutores) transformou-se ao longo das últimas décadas numa indústria globalizada, havendo unidades de produção nos EUA, Europa e Ásia.

Actualmente a produção e o consumo de bens com tecnologia incorporada estão a ser afectados pela escassez de chips a nível mundial, levando ao encerramento das linhas de produção, aumento dos preços dos componentes e atraso nas entregas dos mesmos, o que por sua vez leva a um aumento dos tempos de espera dos clientes finais e ao aumento dos preços dos bens.

### Evolução da venda e da produção de chips

Ao longo das últimas décadas, a venda de semicondutores tem crescido de forma sustentável, sendo que em 2018 o valor quase que duplicou relativamente a 2008 (como se pode ver na figura abaixo), motivada pelo aumento da procura e à diversificação e a um crescente número de aplicações e à revolução digital, à computação na nuvem (cloud computing) e à introdução do 5G.

Figura 1. Vendas mundiais de semicondutores (em biliões de dólares)



Fonte: Statista

Observando a produção de semicondutores por país entre 1990 e 2020 (figura 2), observa-se que a sua produção tem sofrido um decréscimo (em termos percentuais) nos Estados Unidos e na Europa ao longo das últimas décadas.

Segundo o Wall Street Journal, "em 1990 os EUA e a Europa produziam mais de três quartos dos semicondutores no mundo", dominando a produção mundial em conjunto com o Japão. Actualmente, menos de um quarto da produção mundial de semicondutores produzidos tem proveniência dos EUA e Europa, prevendo-se que até 2030 o declínio na produção mundial aumente, embora de forma mais lenta.

Este decréscimo na produção mundial foi provocado pelo aumento da produção de semicondutores na Ásia nas últimas décadas (sobretudo em Taiwan e Coreia do Sul), que reduziu a produção localizada nos EUA para cerca de 12%, enquanto que na Europa a produção é de cerca de 10%.

Para além disso, na próxima década prevê-se que apenas 6% das novas unidades de produção se vai localizar nos EUA, enquanto a China vai captar cerca de 40% das novas unidades de produção e tornar-se o maior produtor mundial de semicondutores, de acordo com um relatório do Boston Consulting Group "Government incentives and US competitiveness in semiconductor manufacturing", de Setembro de 2020.

Este decréscimo da produção no Ocidente em detrimento da Ásia pode ser explicado pelos custos de produção, que actualmente são cerca de 30% menores em Taiwan, Coreia do Sul ou Singapura, e 50% na China, o que lhes permite captar mais facilmente as unidades de produção do que os EUA

ou a Europa, sendo que a deslocalização da produção de bens com tecnologia incorporada (como televisores, smartphones, entre outros) do mundo ocidental para os países asiáticos nas últimas décadas devido à globalização também contribuiu para um acentuar da tendência de deslocalização de empresas produtoras de semicondutores provenientes dos EUA e da Europa.

Outros China Taiwan Coreia do Sul Japão Europa EUA

Figura 2. Produção mundial de semicondutores por país (em percentagem)

Fonte: Boston Consulting Group e Associação da Indústria de Semicondutores dos EUA.

Apesar do aumento de produção verificado na Ásia em comparação com os EUA e a Europa, analisando as 10 maiores empresas produtoras de semicondutores por quota de mercado em 2020 na figura 3, verifica-se que 6 empresas são dos EUA (Intel, Micron, Qualcomm, Broadcom, Texas Instruments e Nvidia), o que reforça a ideia de que grande parte da produção de semicondutores de empresas americanas está deslocalizada na Ásia.

De acordo com os dados do estudo da Gartner "Market Share Analysis: Semiconductors, Worldwide, Preliminary 2020.", de Janeiro de 2021, a Intel detém a maior participação no mercado de semi-

condutores, correspondendo a cerca de 15,6% da produção global, sendo a Samsung o maior concorrente da Intel, com uma participação de mercado de cerca de 12,5 %. Outra empresa da Coreia do Sul, a SK Hynix, é a terceira maior produtora mundial com 5,6%.

2020 E

2025 F

2030 F

É de realçar o facto de que a Broadcom, cuja origem é proveniente de Singapura, mudou a localização da sua sede para San Jose, no Texas (EUA), motivada pela recusa da administração Trump em permitir a fusão com a Qualcomm em 2018, sob a alegação da fusão ser uma ameaça à segurança nacional.

intel 🥌 15.6% SAMSUNG 12.5% ELECTRONICS 5.6% Micron ( 4.9% Qualcomm # 4.0% 3.5% BROADCOM' / Texas 2.9% INSTRUMENTS 2.4% MEDIATEK KIOXIA ( 2.3% 💿 NVIDIA 🥌 2.2%

Figura 3. Maiores produtores de semicondutores por quota de mercado em 2020

Fonte: Statista, Gartner

### O aumento da dependência dos semicondutores

Actualmente os semicondutores estão presentes em vários bens de consumo com incorporação tecnológica, prevendo-se que com a revolução digital, a instalação da rede 5G e o aumento de produção dos veículos eléctricos, bem como de vários bens que irão surgir devido ao impulso tecnológico actual, a utilização de semicondutores irá aumentar.

Um veículo a combustão interna da gama Ford Focus tem cerca de 300 semicondutores, sendo que um veículo eléctrico da Ford pode ter mais de 3.000, prevendo-se que, com o aumento de produção destes veículos, a dependência de semicondutores por parte dos construtores de automóveis se torne cada vez maior, pelo que é necessário aumentar a sua produção.

Face ao actual cenário de escassez de semicondutores, aumentado pela pandemia e o aumento

da procura de bens de consumo tecnológicos, não é possível prever com exactidão a resolução do problema.

O maior impacto devido à escassez de semicondutores tem sido sentido pela indústria automóvel, provocando o encerramento das linhas de produção.

Segundo o CEO da Volkswagen, Herbert Diess, citado pelo Guardian em 21 de Março de 2021 "a marca perdeu quota de mercado na China devido à escassez de chips", sendo esta escassez motivo de grande preocupação. A Volkswagen "esperava que a escassez de semicondutores diminuísse após o verão de 2020, mas não foi o caso. A Malásia, onde muitos dos fornecedores de semicondutores da Volkswagen estão sedeados, foi duramente atingida pelo coronavírus, levando a várias paralisações nas fábricas".

De acordo com o CEO da Ford Europa, "a escassez de chips pode continuar até 2024, sendo difícil prever quando é que a escassez vai terminar", prevendo que o preço dos veículos venha a subir devido às perturbações nas linhas de produção e à escassez de outros materiais.

Na Ásia, a Toyota foi obrigada a reduzir a produção de automóveis em 40% durante o mês de Setembro, levando por sua vez a uma perda de 14 mil milhões de euros de valor em bolsa de valores.

No nosso país, e segundo a ACAP, a escassez já provocou uma queda da produção automóvel de 30% em Junho, tendo a escassez levado a que empresas como a Bosch Car Multimedia tivessem de colocar os seus trabalhadores em *Lay- off* devido às paragens prolongadas na laboração.

Por outro lado, e sendo resultado da escassez, a compra de um carro novo implica no mínimo três meses de espera, enquanto que o preço dos veículos teve aumentos na ordem dos quatro mil euros, segundo o artigo do I de dia 8 de Outubro, intitulado "Carro novo. Preços disparam e espera mínima de quatro meses".

As perturbações sentidas pelos construtores automóveis também podem ser explicadas pela mudança de hábitos provocada pela pandemia, devido ao boom de vendas de Televisões, computadores domésticos, consolas de videojogos e smartphones 5G durante a pandemia e à paralisação da produção automóvel devido à queda das vendas, levando que a procura de semicondutores por parte dos fabricantes de automóveis fosse substituída pelos fabricantes de bens de consumo tecnológico, o que por sua vez gerou um aumento dos seus preços e atrasos na sua entrega por parte dos seus fabricantes quando as vendas de automóveis aumentaram e foi necessário aumentar a sua produção.

A Apple, que actualmente é a maior compradora mundial de semicondutores, foi forçada a atrasar o lançamento do iPhone 12 por dois meses em 2020 devido à escassez.

No caso das consolas de videojogos, como a Playstation da Sony, a marca declarou em Fevereiro de 2021 que "poderia não atingir as metas de vendas da nova consola PS5 devido à escassez de semicondutores atrasar a produção de consolas e a entrega aos seus clientes finais. A Microsoft, fabricante da consola Xbox, também previa em Março de 2021 que os problemas de abastecimento continuariam pelo menos até ao segundo semestre de 2021.

No entanto, o maior exemplo da escassez provém da Samsung, que apesar de ser o segundo maior fabricante de semicondutores no mundo, foi obrigado a atrasar a apresentação do seu smartphone topo de gama. Na edição de 11 de Setembro de 2021 do expresso, intitulado indústria nacional desespera por chips, é referido que esta escassez também tem levado ao aumento dos custos dos componentes, sendo que "um aumento de dezenas de cêntimos pode levar a aumentos dos custos de produção muito significativos", segundo Mário Lima, responsável da área de electrónica da Tekever, empresa fabricante de drones. O responsável refere ainda que "o aumento de preços teve início há 4 anos nos "componentes passivos", expandindo-se há cerca de ano e meio para os microcontroladores e computadores". A escassez de semicondutores também provocou uma alteração no preço dos contratos de alocação para a reserva de remessas de componentes. Segundo Bruno Vidal, líder da Uartrónica, que fabrica componentes electrónicos para a indústria automóvel, "a maioria dos contratos de alocação que anteriormente demoravam entre 10 a 12 semanas actualmente demoram entre 40 a 50 semanas até concluírem a entrega. Por outro lado, a lei da oferta e da procura fez com que quem tem componentes em stock aumente os preços entre 20% e 50% acima dos preços praticados antes da pandemia".

Na edição do jornal I de 8 de Outubro de 2021, num artigo intitulado Chips, uma espiral sem fim à vista, o analista da Activ Trades Mário Martins referiu que "A HP aumentou o preço das suas impressoras em cerca de 20%, assim como em Portugal uma tv de 55 polegadas UHK da LG ou Samsung, que se comprava há um ano por 399 Euros em promoção, não se encontra actualmente por menos de 55 euros". Paulo Rosa, o economista do banco Carregosa referiu no mesmo artigo que espera que o problema continue até ao final de 2022, e que a escassez de bens de consumo já provocou um aumento do tempo de espera e dos preços, referindo ainda que é expectável que no Natal a escassez se agrave, em virtude do aumento da procura destes bens.

### A reacção à escassez de semicondutores e as medidas para solucionar o problema

Em março de 2021, o CEO da Intel apresentou a estratégia "IDM 2.0", tendo anunciado um investimento de 20 mil milhões de dólares na criação de duas fábricas de semicondutores no Estado do Arizona e na Intel Foundry Services, um novo ramo de negócios da Intel, que pretende iniciar a produção de semicondutores para outras empresas, e cujo mercado está estimado em 100 mil milhões de dólares em 2025, à medida que a procura global de semicondutores aumentar.

No outro lado do globo, e também no início do corrente ano, o governo japonês anunciou um programa de estímulos à economia, nos quais se incluiam

apoios para impulsionar a indústria de semicondutores do país, elevando a produção de chips à categoria de prioridade nacional, semelhante à produção alimentar ou de energia, segundo a Bloomberg.

A Europa também pretende recuperar o seu lugar de destaque na produção de semicondutores.

Apesar da Bosch ter iniciado a produção de semicondutores na sua nova fábrica localizada em Dresden em Julho de 2021 (seis meses antes do que estava previsto), esta destina-se sobretudo a fornecer os construtores de automóveis, sendo que, após a produção dos semicondutores, estes serão enviados para a Ásia para o processo de montagem e embalagem. Embora a sua produção duplique os números de produção de semicondutores actuais, não são suficientes para resolver a escassez mundial.

Para além do início da produção da fábrica da Bosch, está prevista a instalação de uma unidade produtiva no território europeu, de forma a reduzir a sua elevada dependência externa. No entanto, o caso europeu é bastante distinto do caso japonês ou americano, uma vez que embora tenha um sector automóvel "forte", que actualmente não necessita de chips de tecnologia avançada, e necessita da experiência de fabricantes de semicondutores estrangeiros (como a Intel dos EUA ou a TSMC de Taiwan) para impulsionar a sua produção.

De acordo com a notícia avançada pela Nikkei Asia em 26 de Junho de 2021, intitulado "TSMC eyes Germany as possible location for first Europe chip plant", a TSMC estava a considerar a construção de uma unidade produtiva na Alemanha, estando a decisão de instalação pendente das necessidades dos seus clientes, enquanto que, de acordo com o artigo da fortune intitulado "Intel CEO says 'big, honkin' fab' planned for Europe will be world's most advanced", de 10 de Setembro de 2021, o CEO da Intel anunciou o investimento de 80 mil milhões de euros na construção de uma megafábrica de semicondutores fora dos EUA, estando a considerar a sua localização na União Europeia referindo que "Para ter capital a este nível, tem de ser um projecto ao nível da EU. O mercado tem que ser um mercado ao nível da UE". A localização da

megafábrica na Uniãio Europeia também iria beneficiar da experiência de empresas fornecedoras como a ASML e a Zeiss, para além de institutos de pesquisa.

Apesar da Europa há algumas décadas atrás ser um dos principais fabricantes de semicondutores devido à produção de telefones de primeira geração de marcas como a Nokia, Ericsson, Siemens e Alcatel, a falência da Nokia e a extinção da produção de telefones da Ericsson e Siemens levou a que empresas de design de chips europeias como a NXP Semiconductors NV e Infineon Technologies AG deslocassem a maior parte da produção para fora da Europa.

Devido a esta conjuntura, e fazendo fé nas expectativas dos empresários, prevê-se que os contrangimentos provocados pela escassez de semicondutores provoque uma situação de instabilidade no fabrico, venda e consumo de bens, podendo inclusivamente potenciar um aumento da inflação generalizado, o que poderia levar a uma alteração das políticas económicas relativamente às taxas de juro por parte da Reserva Federal Americana e do Banco Central Europeu de forma a amenizar os efeitos da inflação, podendo esta instabilidade estender-se até 2022 em todo o mundo.

Uma parte do sucesso do discurso da reindustrialização da Europa tem origem na dependência deste produto tornado imprescindível, mas cujas falhas no fabrico e comercialização não haviam até agora sido aventadas e cujo baixo peso na cadeia de valor dos produtos tornava facilmente deslocalizável.

Em momentos de crise o valor contabilístico e o valor estratégico não coincidem forçosamente e os alarmes soaram. O aumento dos preços de uma vasta gama de bens que incorporam incorporando estes equipamentos tem, pois, origens nas condições de oferta dos mesmos e a solução para o problema não deve passar por um discurso antiglobalização, que a ter concretização marcaria um preocupante retrocesso nas condições de crescimento da economia mundial. Não confundir a autonomia estratégica com nacionalismos económicos parece-nos essencial e muitas vezes ambos sobrepõem-se. •

